

**Parecer nº 229/99**

Data: 1999.12.22

Processo nº 736

**Requerente:** Dra. Dulce de Oliveira Campos

**I - O pedido**

A Dra. Dulce de Oliveira Campos vem, na qualidade de mandatária de Jacinta Lúcia da Silva, solicitar que a CADA emita parecer favorável para o acesso ao processo clínico de João Maria da Silva Matos, com referência ao período de internamento no Instituto de Oncologia do Porto entre 2 e 8 de Maio de 1997.

Fundamenta o seu pedido na necessidade de juntar tais documentos a processo judicial pendente no Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira. Trata-se de um processo que visa a anulação de testamento público celebrado em 15 de Maio de 1997.

A advogada requerente apresentou procuração com poderes forenses gerais, bem como para "requerer certidões, incluindo fiscais e cadernetas prediais".

O pedido formulado assenta nos seguintes factos:

1. A interessada, Jacinta Lúcia da Silva, é sobrinha do falecido João Maria da Silva Matos e herdeira testamentária da sua quota disponível (testamento lavrado em 15 de Maio de 1997);
2. O João Matos faleceu em 30 de Maio de 1997.
3. O falecido foi vítima de acidente vascular cerebral em 2 de Maio de 1997, tendo sido internado, na sequência de "hemiplegia direita flácida", no IPO e transferido,

em 8 de Maio de 1997, para o Hospital de Vila Nova de Famalicão onde se terá mantido até 13/5 (artigo 6º da P.I.).

4. A sua filha e herdeira legitimária - Maria Augusta da Silva Matos - vem instaurar acção judicial de anulação do testamento alegando, em síntese, que o seu pai - a partir do AVC - ficou impossibilitado, de forma absoluta, "de reger a sua pessoa e administrar os seus bens, assim como de fazer qualquer disposição testamentária" (cf. cópia da petição inicial junta);
5. O falecido "deixou de ter qualquer noção do tempo, ignorando o mês, dia e ano em que se encontrava";
6. Ainda de acordo com a petição inicial manteve-se internado até ao dia 13 de Maio de 1997. "Nessa data, e por se encontrar em fase terminal da sua vida, os médicos aconselharam o seu regresso a casa".
7. O Mm.º Juiz elaborou a especificação e questionário, tendo feito alguns quesitos sobre os factos enunciados, nomeadamente se tinha ou não a noção do tempo, se passou "a agir como uma criança, necessitando do total apoio de outrem para fazer o que tivesse necessidade... não estando em condições de querer ou de manifestar a sua vontade".
8. Pretende-se saber, nomeadamente, se deve o Hospital facultar o "dossier clínico" do falecido a fim de a herdeira testamentária - sobrinha do falecido - o juntar ao processo judicial pendente.

## **II - A intervenção da CADA**

A informação em causa - dados clínicos do falecido - diz respeito a dados pessoais uma vez que estão abrangidos pela "reserva da intimidade da vida privada" (artigo 4º nº 1 alínea c) da Lei 65/93, de 26/8).

De acordo com o artigo 8º da Lei 65/93, na redacção introduzida pela Lei nº 94/99, de 16/7, não havendo consentimento do titular dos dados, os documentos nominativos só são comunicados a terceiros quando estes "demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo" (nº 2).

Cabe à CADA reconhecer esse interesse e emitir parecer sobre a «possibilidade de revelação do documento» (artigo 15º nº 2 da Lei 65/93).

### **III - Apreciação jurídica**

1. O artigo 268º nº 2 da Constituição da República dispõe que os cidadãos têm direito de acesso "aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à ... intimidade das pessoas".

Por sua vez, o artigo 26º nº 1 da CRP reconhece o direito à identidade pessoal e à reserva da intimidade da vida privada.

Por seu turno, o artigo 18º nº 2 da CRP dispõe que a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições «limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos».

2. Vejamos, então, as condições de acesso a dados pessoais de terceiros.

O artigo 8º da Lei 65/93, de 26/8, na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho, admite a comunicação a terceiros que «demonstrem um interesse directo, pessoal e legítimo».

Em termos de procedimento administrativo o conceito de "interessado" ou de "interesse directo" aparece com contornos diversos, podendo admitir-se que o mesmo está relacionado com "a titularidade de um direito ou de um interesse legalmente protegido, em relação à decisão do procedimento" <sup>(1)</sup>. Os terceiros com

---

<sup>(1)</sup> Cf. Esteves de Oliveira - "Código do Procedimento Administrativo", 1993, pág. 331.

«interesse legítimo, derivado de uma situação conexa com aquela que forma o objecto do processo, já tinham também a possibilidade de serem autorizados a ter acesso, ao abrigo do artigo 64º do CPA, durante o procedimento administrativo»<sup>(2)</sup>.

No âmbito do acesso a documentos administrativos parece, desde logo, que esta exigência está vocacionada para excluir o acesso em relação a interesses colectivos ou "difusos"<sup>(3)</sup>, evidenciando a norma uma intenção de proteger interesses pessoais do indivíduo concretamente considerado e numa perspectiva de fazer valer direitos subjectivos próprios ou evitar que eventuais procedimentos administrativos ou judiciais possam afectar os seus direitos ou ter implicação nas suas relações patrimoniais.

A CADA tem entendido que o interesse pessoal e legítimo existe em certas situações em que um familiar próximo da pessoa falecida, a quem se referem os dados clínicos a aceder, pretende utilizar a informação aí contida para fazer valer direitos decorrentes de factos relativos à pessoa a quem dizem respeito (cf. Parecer nº 8/98, de 21/1/98, in 4º Relatório, pág. 40).

A CADA tem sido restritiva em relação ao fornecimento de informação abrangida pela reserva da vida privada, só facultando aquela que é estritamente necessária à finalidade determinante do acesso.

No caso em apreço afigura-se-nos que a requerente é titular de interesse directo, pessoal e legítimo uma vez que, em abstracto, o acesso ao conteúdo dos documentos se apresenta, eventualmente, relevante e digna de protecção, no contexto da acção judicial em curso.

3. Para que o acesso a documento nominativo de terceiro seja possível não basta, tão só, o simples reconhecimento de um interesse directo, pessoal e legítimo. A CADA deverá emitir parecer, nos termos do artigo 15º nº 2 da Lei 65/93 - redacção da Lei 94/99, de 16/7 -, sobre a "possibilidade de revelação do documento".

---

<sup>(2)</sup> Fernando Condesso - "Direito à informação administrativa", pág. 339.

Ora, porque estamos perante dados abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada, o direito de acesso deverá ser equacionado à luz dos preceitos constitucionais citados.

No direito espanhol há quem considere que "a possibilidade de terceiros interessados acederem a documentos que afectem a intimidade, seria de duvidosa constitucionalidade"<sup>(4)</sup>, na medida em que, em abstracto, um simples interesse não podia prevalecer sobre a protecção do direito à intimidade.

O Tribunal de Justiça da União Europeia tem entendido que o respeito pela vida privada (artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem) "é um dos direitos fundamentais protegidos pela ordem jurídica comunitária, que comporta o direito das pessoas manterem secreto o estado de saúde e, por outro lado, que podem ser impostas restrições aos direitos fundamentais por ela protegidos desde que correspondam a objectivos de interesse geral e não constituam, relativamente ao fim prosseguido, uma intervenção desproporcionada e intolerável que atente contra a própria essência do direito protegido"<sup>(5)</sup>.

A Constituição, na mesma linha de pensamento, permite o estabelecimento de limites à reserva da intimidade da vida privada, havendo vários preceitos onde essa possibilidade está consagrada.

De forma mais específica, admite-se que a realização de um «interesse legítimo» possa, igualmente, limitar o direito à reserva<sup>(6)</sup>. Esse *interesse* pode ser público (vg. a realização da justiça ou de saúde pública) ou privado (o acesso a dados para salvaguarda de interesses particulares).

---

<sup>(3)</sup> Cf. Severiano Fernández Ramos, "El derecho de acceso a los documentos administrativos", 1997, pág. 501.

<sup>(4)</sup> Cf. Severiano Ramos, ob. Cit. pág. 501 e Sánchez Morón - "El derecho de acceso a la información en materia de medio ambiente" - Primer Congreso De Derecho Ambiental, BOE, 1995, pág. 62.

<sup>(5)</sup> Ac. de 5/10/94 citado in Pareceres da PRG, Vol. VII, pág. 40.

<sup>(6)</sup> Cf. Paulo Mota Pinto - "O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada" in Boletim da Faculdade de Direito Vol. LXIX, 1993, pág. 565.

4. Assim, na linha do artigo 18º nº 2 da CRP, a restrição desses direitos terá que ser feita numa ponderação de interesses conflitantes e através da "avaliação comparativa dos interesses ligados à confidencialidade e à divulgação"<sup>(7)</sup>. Essa ponderação obedece, como refere Vital Moreira<sup>(8)</sup>, à verificação cumulativa de várias condições:

- «a) Que a restrição esteja expressamente admitida pela Constituição;
- b) Que a restrição vise salvaguardar outro direito ou interesse constitucionalmente protegido;
- c) Que a restrição seja exigida por essa salvaguarda, seja apta para o efeito e se limite à medida necessária a alcançar esse objectivo;
- d) Que a restrição não aniquile o direito em causa atingindo o conteúdo essencial do respectivo preceito».

O segredo profissional (segredo médico) é protegido por razões de interesse particular (protecção da privacidade do doente), bem como por razões de interesse geral e público (preservação de confidência necessária nas relações médico-doente). Porém, este interesse público deve ceder "perante outro interesse público mais forte e, por isso, a obrigação de segredo não deve ser mantida quando razões superiores àquelas que determinaram a sua criação imponham a revelação dos factos conhecidos durante as relações profissionais"<sup>(9)</sup>.

O que está em causa é saber, tão só, se o falecido estava em condições de querer ou de manifestar, de forma consciente e livre a sua vontade. Deste modo, o acesso deve limitar-se ao "estritamente necessário" ao apuramento deste facto com informação, circunscrita, sobre diagnóstico que permitiria apurar a liberdade relativa à disposição de bens.

---

<sup>(7)</sup> Cf. Fernando Condesso, ob. Cit. pág. 341. No mesmo sentido vejam-se os pareceres da PGR n.º 68/96 (Pareceres da PGR, Vol. VII, pág. 40), n.º 111/83 (Pareceres da PGR, Vol. VI, pág. 306) e Parecer da PGR n.º 49/91, de 12/3/92 (ob. Cit. Vol. VI pág. 317 e ss.)

<sup>(8)</sup> Constituição da República Anotada, 3.ª Ed. 1993, pág. 148 e 149.

<sup>(9)</sup> Cf. Pareceres da PGR n.º 11/83 e 49/91, este último de 12/3/92 (in DR. II.ª S. de 16/3/95, pág. 2937).

A CADA, muito embora deva pronunciar-se sobre as questões de acesso a documentos nominativos, deve considerar as circunstâncias do caso e as finalidades determinantes do pedido (artigo 8º nº 2 e 10º nº 3).

Entende-se que o Hospital (vg. através do director clínico) deve expurgar a informação relativa à reserva da vida privada não relevante para o presente caso e limitar-se a reproduzir os elementos constantes da documentação clínica solicitada que permitam ao tribunal apreciar:

- a) Se o falecido, à data do internamento, estaria "física ou psiquicamente em condições de querer ou manifestar a sua vontade";
- b) Se não estava em condições de "tomar qualquer decisão";
- c) Se "desde o acidente vascular cerebral e até à sua morte deixou pura e simplesmente, de saber o que fazia ou queria, tendo ficado afectado de forma total e absoluta no livre exercício da sua vontade, na consciência dos próprios actos e na capacidade de querer e agir".

Em face do exposto emite a CADA o seguinte Parecer:

1. A requerente é titular de interesse directo, pessoal e legítimo uma vez que, em abstracto, o acesso ao conteúdo dos documentos se apresenta, eventualmente, relevante para a acção judicial em curso.
2. Para que o acesso a documento nominativo de terceiro seja possível não basta o simples reconhecimento de um interesse directo, pessoal e legítimo. A CADA deverá emitir parecer, nos termos do artigo 15º nº 2 da Lei 65/93 - redacção da Lei 94/99, de 16/7 -, sobre a "possibilidade de revelação do documento".
3. A CADA tem sido restritiva em relação ao fornecimento de informação abrangida pela reserva da vida privada, só facultando aquela que, no contexto de um juízo de proporcionalidade de interesses, é estritamente necessária à finalidade determinante do acesso.

4. A restrição da reserva da vida privada terá que ser feita numa ponderação de interesses conflitantes e através da "avaliação comparativa dos interesses ligados à confidencialidade e à divulgação" (artigo 18º da CRP), só prevalecendo o direito de informação sobre o dever de confidencialidade na justa medida em que seja necessário para assegurar um interesse superior.
5. Nestas circunstâncias, considera a CADA que o Hospital deve expurgar a informação relativa à reserva da vida privada não relevante para o presente caso e limitar-se a reproduzir os elementos constantes da documentação clínica solicitada, estritamente necessários à apreciação do Tribunal.

Informe-se o requerente e o Hospital.

Lisboa, 22 de Dezembro de 1999.

*Amadeu Guerra* (Relator) – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* –  
*Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *Branca Amaral* – *Castro Martins*  
(Presidente)